

1 ATA DA REUNIAO DO CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO
2 REALIZADA NO DIA 01 DE DEZEMBRO DE 2023

3
4 Ao primeiro dia do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e três em uma
5 sexta feira as 14:00 horas nas dependencias da Secretaria Municipal de
6 Planejamento e Projetos, se dá a reunião do conselho municipal de
7 desenvolvimento integrado Patricia inicia agradecendo a presença e começa
8 explicando sobre o que está sendo iniciado por meio desta reunião, Sra
9 Andressa prossegue e apresenta a pauta, inicia falando sobre a questão do
10 presidente, que vem por decreto, vice presidente e secretário poderão ser
11 votados, sra patricia explica as funções dos cargos que serão votados, sra.
12 Andressa se candidata a secretária executiva e sr. Jean para vice presidente os
13 presentes votam e aprovam estes candidatos, sra Patricia inicia a explicação
14 sobre andamento do plano diretor, sobre o convenio de cooperação técnica com
15 a UEPG, que foi angariado de forma gratuita, já houve uma primeira reunião
16 interna com a comunidade no dia 10/10/2023, sendo o próximo passo no dia
17 20/12/2023 a primeira audiência para aprovação da metodologia, que será
18 aberta ao publico e com os representantes das instituições, sra. Andressa explica
19 os grupos que compõem o plano diretor, explicando suas diferenças e
20 competências, senhor Adriano explica sobre o site do Plano Diretor como
21 acessar e quais os documentos que serão inseridos, sra. Patricia explica que a
22 UEPG também estará movimentando o site deles com informações relativos ao
23 processo de revisão, prossegue com os assuntos gerais e sendo o primeiro
24 assunto o PNHR Rural moradias quilombolas um convenio de 2018 que pretende
25 ser retomado com auxilio da prefeitura municipal, pois anteriormente era um
26 convenio exclusivamente entre caixa e cohapar, apresentamos a caixa uma
27 proposta para retomada das obras porém não obtivemos resposta até o
28 momento e estamos o protocolo de resposta da cohapar, sr. Jean explica as
29 dificuldades de comunicação comunidade e órgãos públicos, sra. Patricia
30 prossegue falando sobre o programa Morar Legal para regularizar o imóvel, sr.
31 Lauro fala sobre a problemática da regularização fundiária na área rural, sr. Brito
32 explica seu ponto de vista sobre o programa e sua experiencia referente ao
33 assunto como corretor de imóveis em relação a Planta São Francisco A e B, sra.
34 Patricia explica que estas plantas possuem suas peculiaridades, sr. Brito fala
35 sobre a possibilidade de apresentar de carta de data e comprovantes de quitação
36 pode-se registrar os imóveis na são Francisco A e B mas que há problemas em
37 outras áreas e que é necessário realizar um chamamento para realizar estas
38 regularizações, sra. Patricia fala que esta é a ideia do programa, sr. Brito
39 concorda então com a ideia da adesão no programa, sra Patricia prossegue
40 apresentando o vídeo referente ao programa apresenta a estimativa dos lotes a
41 serem contemplados, sra. Andressa apresenta os mapas do moradia legal o
42 porque algumas áreas foram retiradas do processo, sr. Jean e Sr. Brito
43 externalizam suas impressões sobre a questão de regularização fundiária
44 urbana e rural, da importância do registro para ser proprietário, sr. Arildo fala
45 sobre gestão territorial que as áreas do município , que praticamente todas as
46 áreas rurais possuem matricula porém há posseiros em todo o território rural,
47 explica o caso das ilhas que a maioria da população não possui carta de

48 aforamento ou possibilidade de regularizar esta situação, discorre sobre a
49 questão urbana , sobre as plantas são Francisco A e B e os impasses inerentes
50 a elas, como a transferência de imóveis os arquivos referentes a elas como as
51 cadernetas de pagamento, que dificultaram a regularização por meio da
52 individualização de matrículas, como a ausência de documentações para
53 comprovação, explica que na área rural também há dificuldades, traça um
54 panorama da questão dos posseiros, sr. Lauro concorda que estes impasses
55 existem no meio rural e exemplifica com alguns casos que a ausência de
56 documentação levam a impossibilidade de regularização, sr. Arildo explica sobre
57 a questão de loteamentos rurais, que deve atender preceitos estabelecidos no
58 Estatuto da Terra, sr. Brito fala sobre o parcelamento do solo em lotes em meio
59 urbano que deve ser também atendidos , sra. Andressa explica que é uma das
60 leis que constituem o plano diretor e que agora está em processo de revisão, sr.
61 Arildo continua discorrendo sobre gestão territorial a questão do reconhecimento
62 de ocupações e comunidades e externaliza a questão de arcabouço de
63 legislação municipal existente, da necessidade de revisão do perímetro urbano,
64 macrozoneamento e zoneamento, sr. Alcendino explica o caso da comunidade
65 de Mariana onde houve aplicação de multas ambientais e a lei de
66 macrozoneamento não a contempla sendo o processo de revisão uma
67 possibilidade de rever esta lei, sr. Arildo que boa parte das leis estaduais e
68 federais foram estabelecidas sem consulta e que vai ser necessário um trabalho
69 conjunto com as pessoas para que as comunidades sejam reconhecidas dentro
70 de suas práticas e que é inerente ao povo guaraqueçabano preservar o meio
71 ambiente, sr. Brito enfatiza a questão do arcabouço legal municipal para uma
72 gestão mais adequada do território municipal , sr. Alcendino explica o caso dos
73 estudos de pesquisa de órgãos externo, que há a necessidade de comunicação
74 a população e ao executivo municipal sobre estes tipos de pesquisa dentro do
75 território municipal, sr. Arildo reitera a necessidade de proposição de construção
76 de um sistema de legislação que preserve o município, cidadãos e suas praticas,
77 dentro de um equilíbrio, sr. Brito discorre sobre o histórico fundiário do município
78 e que o momento há áreas para venda com o intuito de compensação ambiental
79 conhecido como dinheiro verde sendo necessário unir as instituições e a
80 comunidade para construir uma legislação mais adequada, sra. Arildo reitera a
81 necessidade de elaboração de leis e a necessidade de celeridade para ser
82 possível uma gestão territorial mais adequada, sra. Patricia pede auxilio ao
83 conselho para que seja contratada uma assessoria jurídica para questões
84 territoriais e fundiárias, os conselheiros recomendam e consideram importante
85 esta contratação, sra. Patricia retoma a fala explicando sobre o projeto território
86 caiçara que ficou acordado em reunião na presença do Ministério Publico que
87 seja apresentado este projeto ao conselho municipal de desenvolvimento
88 integrado, sr. Arildo e Alcendino reforçam a ideia da necessidade de
89 comunicação a comunidade e ao executivo municipal referente aos projetos e
90 pesquisas realizadas no território municipal, sra. Andressa fala que precisamos
91 de assessoria jurídica para realizar este estudo e que a possibilidade de uma
92 assessoria jurídica dedicada exclusivamente a esta temática ajudará muito nesta
93 questão, o conselho aprova então esta contratação, sra. Patricia prossegue



Handwritten signatures and initials at the bottom of the page, including names like Gilberto, Andressa, and others.

94 falando sobre a a próxima data da reunião e a periodicidade da reunião sendo
95 sugerido 2 meses e encerra a reunião agradecendo a presença de todos.

96 Esta ata foi feita por Andressa Engenheira Civil da Prefeitura Municipal de
97 Guaraqueçaba e Secretária Executiva do Conselho Municipal de
98 Desenvolvimento Integrado



Andressa
Gilberto
GONCALVES

